



Câmara Municipal de Santa Maria de Itabira

Estado de Minas Gerais - CNPJ: 74.108.754/0001-04

E-mail: camarasantamaria@gmail.com – Site: www.cmsantamariadeitabira.mg.gov.br

Rua Isolina Machado, 200 - Conselho - CEP: 35.910-000 - Santa Maria de Itabira/MG - Tele Fax: (31) 3838-1290

Ata da IV (quarta) Reunião extraordinária da Câmara Municipal de Santa Maria de Itabira, realizada no dia quinze do mês de setembro do ano de dois mil e vinte cinco, às dezenove horas, iniciaram-se os trabalhos sob a Presidência do vereador, Jair Lino de Carvalho Lage que convidou a todos a fazerem a oração do Pai-Nosso e declarou aberta a reunião, em seguida, solicitou o secretário Romilson de Jesus Oliveira que realizasse a chamada, presente todos vereadores, em seguida Leitura e discussão da ata da reunião anterior, não houve discussão, a ata foi aprovada por todos os presentes, em seguida, *Leitura parecer para discussão e votação turno único Projeto de lei nº 34/2025: "altera a redação do inciso I, II e III do artigo 5º da Lei 1.770 de 30 de dezembro de 2024 – LOA 2025, e dá outras providências"*, aberta a palavra o presidente Jair explicou o motivo da reunião extraordinária, em atendimento ao Prefeito, conforme previsto no artigo 32, insisto que é da Lei orgânica, quando há diligência por ex-público, e que é dever acolher, anunciou que o projeto 34 estava em discussão, aberta a palavra, o vereador Olacir informou que, após análise da Comissão, foi proposta a autorização de apenas 40% de abertura de crédito, apesar do pedido de 100% do Executivo, incluindo o superávit, justificou-se que o excesso de arrecadação é momentâneo e historicamente instável, conforme explicado pelo contador Luciano, o vereador Filipe posicionou-se contra o projeto, alegando que a concessão de 100% retira a autonomia da Câmara, o vereador Carlos Luciano também manifestou-se contrário, citando parecer jurídico e recomendações do Tribunal de Contas, que orientam não aprovar suplementações acima de 30%, por comprometerem o planejamento e a fiscalização, defendeu o desmembramento dos projetos sociais dos itens de superávit, a fim de permitir análise separada, questionou, ainda, a inclusão da compra de ambulância 4x4, já contemplada por lei, levantando suspeita de duplicidade, apesar de respeitar a proposta da Comissão de 40%, manteve seu posicionamento contrário, alinhado aos pareceres técnicos, o presidente Jair questionou se o vereador Carlos Luciano gostaria de mais tempo para estudar o projeto, o vereador reafirmou sua posição favorável ao desmembramento, mas levantou dúvidas quanto à possibilidade jurídica e regimental de a Comissão solicitar tal medida, questionando se está dentro das atribuições da Câmara Municipal, o vereador Olacir respondeu que a proposta da Comissão de limitar a suplementação a 40% foi feita com base na realidade enfrentada pela atual gestão, sem intenção de forçar o voto dos demais vereadores, reforçou que o papel do vereador é fiscalizar, independentemente do percentual aprovado, e que, embora existam recomendações do Tribunal de Contas, a decisão final cabe ao Legislativo, dentro de sua autonomia, destacou que a prestação de contas retorna à Câmara para análise, reforçando sua responsabilidade fiscal, o presidente Jair ressaltou que a função fiscalizadora da Câmara não termina com a aprovação do projeto, mas se estende ao acompanhamento contínuo e transparente da aplicação dos recursos públicos, a vereadora Fabiane afirmou que os 40% propostos são fundamentais para a continuidade de obras e serviços essenciais, como o fornecimento de cestas básicas e cartão alimentação a servidores de baixa renda, destacando que a ausência de repasses vem



Câmara Municipal de Santa Maria de Itabira

Estado de Minas Gerais - CNPJ: 74.108.754/0001-04

E-mail: camarasantamaria@gmail.com – Site: www.cmsantamariadeitabira.mg.gov.br

Rua Isolina Machado, 200 - Conselho - CEP: 35.910-000 - Santa Maria de Itabira/MG - Tele Fax: (31) 3838-1290

prejudicando crianças, atendidas pela APAE e defendeu a proposta da comissão mesmo não sendo membro dela comprometendo-se com a fiscalização rigorosa caso os recursos não sejam bem aplicados, o vereador Carlos Luciano voltou a se manifestar questionando o setor jurídico sobre a inclusão de despesas com folha de pagamento e cartão no projeto, a assessora jurídica esclareceu que esse tipo de detalhamento cabe ao setor contábil e que no momento da elaboração da LOA Lei Orçamentária Anual as metas e despesas por secretaria já devem estar previstas por exigência legal, diante disso o vereador solicitou a presença do contador para esclarecimentos técnicos, o vereador Geraldo destacou que embora o Tribunal de Contas recomende um limite de até 30% para suplementações não há vedação legal para percentuais superiores desde que acompanhados de fiscalização e prestação de contas adequadas, alertou que a não aprovação do crédito pode paralisar serviços essenciais prejudicando diretamente a população, o vereador Olacir reafirmou que a decisão da comissão foi conjunta com base no superávit identificado de aproximadamente seis milhões de reais e não corresponde a 40% do orçamento total mas sim a 40% do superávit, defendeu a transparência do processo lembrando que o orçamento está acessível ao público, o contador da Prefeitura esclareceu que as variações na arrecadação são normais e que o superávit é legítimo baseado em valores reais e verificáveis, confirmou que não houve excesso de receita no exercício anterior e que os instrumentos legais como PPA LDO e LOA já contemplam metas e despesas previstas, enfatizou o papel da comissão em analisar os dados com responsabilidade, a discussão também abordou a importância da humildade para compreender a complexidade da gestão pública reforçando que a Câmara deve atuar com base em informações técnicas e legais sempre visando o bem estar da população de Santa Maria, o presidente Jair reiterou que o orçamento é uma previsão de receitas e despesas sujeita a ajustes ao longo do ano especialmente por conta de recursos imprevisíveis como emendas parlamentares e transferências específicas que exigem autorização legislativa para incorporação ao orçamento, em seguida o assessor contábil Luciano respondeu os questionamentos em questão, o vereador Carlos Luciano perguntou se o cartão alimentação dos servidores estava previsto na LOA 2025 das entidades, o assessor esclareceu que as metas estão previstas nos instrumentos legais de planejamento como o PPA LDO e LOA indicando que esse tipo de despesa deve estar contemplado nesses documentos, o assessor contábil informou que não poderia prestar esclarecimentos imediatos sobre o cartão alimentação mencionado anteriormente sendo necessário realizar consulta específica ao fundo relacionado para fornecer detalhes, a pedido do vereador Carlos Luciano o secretário Romilson realizou a leitura do parecer contábil, após a leitura aberta a palavra o vereador destacou que o parecer menciona recomendações do Sicon que já notificou o município duas vezes sobre o limite de suplementação solicitou então que o assessor contábil explicasse em suas próprias palavras a recomendação técnica de limite de 30%, o assessor contábil esclareceu que o Tribunal de Contas recomenda tecnicamente o limite de 30% mas que caso um projeto de lei traga justificativas



Câmara Municipal de Santa Maria de Itabira

Estado de Minas Gerais - CNPJ: 74.108.754/0001-04

E-mail: camarasantamaria@gmail.com – Site: www.cmsantamariadeitabira.mg.gov.br

Rua Isolina Machado, 200 - Conselho - CEP: 35.910-000 - Santa Maria de Itabira/MG - Tele Fax: (31) 3838-1290

bem fundamentadas e recursos com destinação específica é possível a Câmara apropriar os valores contudo alertou que destinações amplas e sem vinculação específica vão de encontro às orientações do Tribunal, o vereador Carlos Luciano agradeceu a explicação e afirmou que obras como o calçamento da Vila e a cobertura da quadra do Chaves já estavam previstas no orçamento de 2024 e que é inviável executá-las sem a devida previsão, reafirmou que não há intenção de travar o orçamento e que todos os vereadores têm atuado com responsabilidade respeito aos pareceres técnicos e em constante contato com as demandas da população, o assessor contábil Luciano também explicou os conceitos de superávit financeiro e excesso de arrecadação, explicou que o superávit corresponde à sobra de caixa do exercício anterior no caso de 2024 e o município solicita autorização para utilizá-lo no orçamento vigente sem que isso represente um aumento no valor total do orçamento, já o excesso de arrecadação refere-se à diferença positiva entre a receita prevista e a arrecadação real em determinados meses, a legislação permite que esse excesso seja utilizado no orçamento desde que devidamente justificado, ambos os mecanismos não alteram o montante global do orçamento mas autorizam o uso de saldos para quitar dívidas ou executar ações necessárias, a solicitação em análise pela Câmara trata do limite de uso desses recursos e não da ampliação do orçamento total, o vereador Olacir reconheceu a preocupação com o uso dos saldos e afirmou que essa atenção é compartilhada por outros parlamentares, reforçou que a proposta dos 40% foi construída com base técnica e legal com respaldo na Lei de Responsabilidade Fiscal LC 101/2000 no PPA e na LDO, afirmou seu compromisso com a honestidade e o bom uso dos recursos públicos destacando que a Câmara continuará exercendo fiscalização rigorosa caso a proposta seja aprovada, enfatizou que os recursos de superávit e excesso de arrecadação não aumentam o orçamento apenas liberam saldos já existentes conforme os esclarecimentos técnicos apresentados, o vereador Olacir reafirmou seu compromisso com a honestidade e o uso responsável dos recursos públicos destacando que jamais desviou recursos e que sempre atuou com responsabilidade, reconheceu os esforços da atual gestão na execução de obras mas enfatizou que o papel do vereador é fiscalizar agir com transparência e prestar contas à população, reforçou que os recursos de superávit e excesso de arrecadação não aumentam o orçamento apenas autorizam o uso de saldos disponíveis conforme já explicado tecnicamente, o presidente Jair alertou que o orçamento municipal está estruturado para atender entidades assistenciais como a APAE e o Asilo e expressou preocupação com uma possível rejeição precipitada do projeto que poderia resultar na perda de recursos captados junto ao Estado ou à iniciativa privada, sugeriu que diante das dúvidas existentes fosse aprofundada a análise evitando decisões baseadas em incertezas, ressaltou que a responsabilidade do Legislativo é ainda maior quando os recursos são destinados a finalidades sociais, o vereador Lucas agradeceu a presença dos munícipes respeitou as diferentes posições dos vereadores e afirmou que diante dos pareceres técnicos do Tribunal de Contas e do contador opta por seguir essas recomendações e informou que solicitará pedido de vista de 48 horas com



Câmara Municipal de Santa Maria de Itabira

Estado de Minas Gerais - CNPJ: 74.108.754/0001-04

E-mail: camarasantamaria@gmail.com – Site: www.cmsantamariadeitabira.mg.gov.br

Rua Isolina Machado, 200 - Conselho - CEP: 35.910-000 - Santa Maria de Itabira/MG - Tele Fax: (31) 3838-1290

o objetivo de garantir mais segurança e possibilitar que todos os vereadores votem com consciência, atendendo ao pedido o presidente Jair colocou em votação o pedido de vista e abriu a palavra para manifestações, o vereador Olacir reafirmou sua tranquilidade quanto à sua posição e o respeito à comunidade destacando que embora valorize os pareceres técnicos a Câmara tem autonomia para decidir com base na consciência de cada parlamentar, comprometeu-se a tomar medidas legais cabíveis inclusive junto ao TCE e ao MP caso haja má-fé ou falta de prestação de contas na execução do projeto, disse que age sem pressões externas sempre em prol do bem coletivo e lamentou que em gestões anteriores a Câmara tenha deixado de apoiar projetos importantes considerando o momento atual uma oportunidade de colaborar com o desenvolvimento do município, aberta a palavra o vereador Carlos Luciano complementou apontando uma das maiores dificuldades da atual administração a prestação de contas, relatou que mesmo após a aprovação de uma lei municipal que obriga o Executivo a prestar contas de eventos ainda não foram apresentadas as prestações de contas da Cavalgada e do Festival de Inverno o que evidencia descumprimento da legislação e falta de transparência, o vereador Olacir esclareceu que seu objetivo não é promover debates pessoais mas discutir o projeto de lei em pauta dentro do contexto da administração pública, reafirmou respeito às opiniões divergentes e esclareceu que ao mencionar prestação de contas referia-se ao cumprimento das obrigações legais junto ao Tribunal de Contas e não à atual gestão, defendeu que erros devem ser corrigidos e acertos reconhecidos e que a administração pública deve obedecer aos padrões legais cabendo à Câmara fiscalizar e cobrar responsabilidade, o presidente Jair informou que colocaria em votação o pedido de vista de quarenta e oito horas feito pelo vice-presidente da Comissão caso o pedido fosse rejeitado a proposta de emenda com o percentual de 40% seria imediatamente votada, aberta a palavra a vereadora Fabiane disse que analisa todos os projetos que chegam à Casa e acredita que os demais colegas também o fazem, considerou o prazo de quarenta e oito horas curto mas ressaltou que o conteúdo do projeto está claro bem detalhado e dentro da legalidade tratando da liberação de 40% e não 100%, opinou que se aprovado o pedido de vista o projeto deve ser votado em poucos dias, aberta a palavra o vereador Lucas questionou se foi informado o valor em caixa disponível, a vereadora Fabiane respondeu que o valor não foi apresentado e questionou por que tal dado não foi solicitado anteriormente, o vereador Lucas justificou que a mudança no limite do projeto motivou a nova análise razão pela qual o dado ainda não havia sido requerido, o presidente colocou o pedido de vista em votação que resultou em empate, quatro votos a favor sendo eles dos vereadores Carlos Luciano Ferreira da Silva Filipe Dias Bretas Lucas Gomes Gonçalves e Ronaldo Aparecido dos Santos e quatro votos contra sendo eles dos vereadores Fabiane Procópio Viana Duarte Geraldo Alves de Alvarenga Olacir Aparecido Alvarenga Oliveira e Romilson de Jesus Oliveira, utilizando o voto de desempate o presidente decidiu acolher o pedido justificando com base no princípio democrático na existência de dúvidas entre os vereadores e no direito ao esclarecimento completo, com isso o projeto foi retirado de pauta



Câmara Municipal de Santa Maria de Itabira

Estado de Minas Gerais - CNPJ: 74.108.754/0001-04

E-mail: camarasantamaria@gmail.com – Site: www.cmsantamariadeitabira.mg.gov.br

Rua Isolina Machado, 200 - Conselho - CEP: 35.910-000 - Santa Maria de Itabira/MG - Tele Fax: (31) 3838-1290

sendo assim a comissão terá 48 horas para apresentar relatório final podendo utilizar meios como ofícios e reuniões técnicas, o presidente informou ainda que aguarda posicionamento do Executivo e que poderá convocar nova sessão extraordinária, ao final o presidente declarou encerrada a pauta do dia e abriu espaço para manifestações dos vereadores e munícipes, aberta a palavra o vereador Olacir reiterou a importância da participação ativa da comissão nesse novo prazo para evitar interpretações equivocadas, lembrou de episódio anterior semelhante e afirmou estar preparado para deliberar com responsabilidade, reafirmou seu compromisso com a transparência e a fiscalização e parabenizou o presidente pela firmeza na condução da sessão, aberta a palavra o presidente Jair enfatizou que a aprovação de projetos não encerra o papel do legislador destacando o dever de fiscalização e a importância da transparência, reforçou o compromisso com o equilíbrio institucional e valorizou o trabalho das comissões reconhecendo o empenho dos vereadores, o vereador Olacir defendeu a democracia o direito à opinião e ao voto consciente mesmo com divergências destacando o objetivo comum de todos o bem do município, reafirmou sua dedicação ao progresso da cidade, o secretário Romilson falou sobre o respeito ao direito dos colegas em analisar os projetos com cautela reconhecendo a importância dos pedidos de vista, ressaltou o compromisso coletivo em aplicar os recursos com responsabilidade, o vereador Carlos Luciano elogiou o comprometimento de Olacir e Lucas destacando a presença e envolvimento deles nas atividades legislativas, acrescentou que mesmo com ideias diferentes há respeito e dedicação entre os parlamentares, por fim Carlos Luciano solicitou um esclarecimento técnico sobre a possibilidade de desmembrar as instituições e projetos sociais do projeto discutido, apesar do encerramento formal da discussão o assessor contábil esclareceu que tecnicamente não haveria diferença prática em desmembrar projetos e instituições pois os valores aprovados com seus limites e acréscimos seriam incorporados ao orçamento geral, aberta a palavra o vereador Filipe destacou que não foi eleito para ser omissor e defendeu que o orçamento deve ser executado com planejamento não contando com superávits incertos, ressaltou a importância de repasses planejados às entidades, a vereadora Fabiane reforçou que pelo entendimento geral da Casa não há concordância com a liberação de 100% dos recursos e fez questão de deixar isso claro publicamente, o vereador Romilson também manifestou apoio à aprovação parcial deixando claro que não concorda com a liberação total dos recursos, o vereador Olacir reiterou sua posição contrária à liberação integral dos recursos e reafirmou que os 100% não seriam votados, também comprometeu-se a encaminhar um ofício mais claro à Prefeitura visando maior transparência no patrocínio solicitado além de buscar esclarecimentos junto à Defesa Civil sobre um imóvel com trincas estruturais, a moradora foi convidada para a próxima reunião, aberta a palavra o munícipe Bruno de Deus Vieira usou a palavra para questionar sobre a falta de providências em relação à sua residência que está em situação semelhante à de outras já discutidas, cobrou informações sobre medidas futuras, aberta a palavra o presidente Jair lamentou a situação da senhora Izabel informando que diversos



Câmara Municipal de Santa Maria de Itabira

Estado de Minas Gerais - CNPJ: 74.108.754/0001-04

E-mail: camarasantamaria@gmail.com – Site: www.cmsantamariadeitabira.mg.gov.br

Rua Isolina Machado, 200 - Conselho - CEP: 35.910-000 - Santa Maria de Itabira/MG - Tele Fax: (31) 3838-1290

encaminhamentos já foram feitos à Defesa Civil Assistência Social e Secretaria de Obras mas sem solução efetiva, diante da falta de respostas solicitou orientação da assessoria jurídica, aberta a palavra a assessora jurídica reconheceu a gravidade do caso da senhora Isabel e o histórico de abandono desde 2013, explicou que a Câmara não possui competência legal para construir moradias ou obrigar o Executivo a agir recomendando que a moradora recorra à Justiça para garantir seus direitos, aberta a palavra a munícipe Vânia Félix questionou a proposta de liberação de 100% do superávit ao Executivo chamando a medida de cheque em branco, relatou experiências negativas de falta de transparência em gestões anteriores, disse confiar no atual prefeito mas defendeu que os recursos sejam liberados de forma controlada e vinculados a projetos específicos, parabenizou os vereadores que aprovaram a emenda limitando a liberação a 40% destacando o papel de fiscalização da Câmara e elogiando especialmente o vereador Lucas presidente da comissão, aberta a palavra o vereador Olacir parabenizou a munícipe Vânia Félix por sua dedicação e compromisso com a comunidade agradecendo sua presença e destacando que a Câmara está sempre de portas abertas à população, aberta a palavra a vereadora Fabiane também elogiou a senhora Vânia ressaltando sua coragem e participação ativa especialmente como mulher em um espaço político desafiador, reconheceu sua postura como exemplo de cidadania, aberta a palavra o presidente Jair esclareceu que conforme o Regimento Interno as manifestações devem ser feitas por inscrição prévia mas de forma excepcional concedeu a palavra aos senhores Valdir e Marcial em respeito à presença de ambos e ao interesse demonstrado pedindo brevidade devido ao avançado da hora, aberta a palavra o munícipe Valdir morador da comunidade da Vila relatou um problema crônico de esgoto em seu lote há cerca de quinze anos com transbordamentos recorrentes e risco de acidentes, disse que já buscou ajuda na Prefeitura mas sem solução definitiva e pediu apoio dos vereadores, o presidente Jair informou que o tema já havia sido anteriormente levantado pelos vereadores Lucas e Carlos Luciano e propôs a elaboração de um ofício conjunto de todos os vereadores à Secretaria de Obras solicitando providências urgentes, aberta a palavra o munícipe Marcial parabenizou os presentes lamentou a limitação de tempo para se aprofundar no projeto em discussão e criticou a baixa participação popular nas sessões que segundo ele também decorre da falta de preparo de alguns vereadores para engajar a comunidade, relatou experiência pessoal de afastamento por esse motivo, em relação ao caso da senhora Maria Izabel concordou com a recomendação da assessoria jurídica de buscar a via judicial e reconheceu os limites de atuação da Câmara, o presidente Jair reafirmou que a Câmara está aberta ao diálogo e à participação popular e que todos os vereadores são acessíveis pelos meios institucionais, renovou o convite para que os cidadãos participem ativamente das sessões e reforçou o compromisso da Casa com o atendimento às demandas de interesse público, não havendo mais manifestações ou requerimentos, o Presidente declarou encerrada a reunião, convidando a todos para a Oração do Pai-Nosso, para constar, eu Romilson de Jesus Oliveira, secretário lavrei a presente Ata, que lida





Câmara Municipal de Santa Maria de Itabira

Estado de Minas Gerais - CNPJ: 74.108.754/0001-04

E-mail: camarasantamaria@gmail.com – Site: www.cmsantamariadeitabira.mg.gov.br

Rua Isolina Machado, 200 - Conselho - CEP: 35.910-000 - Santa Maria de Itabira/MG - Tele Fax: (31) 3838-1290

e aprovada, será por todos assinada, Sala das Reuniões, dia vinte dois, do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

Carlos Luciano Ferreira da Silva _____

Fabiane Procópio Viana Duarte _____

Filipe Dias Bretas _____

Geraldo Alves de Alvarenga _____

Jair Lino de Carvalho Lage _____

Lucas Gomes Gonçalves _____

Olacir Aparecido Alvarenga Oliveira _____

Romilson de Jesus Oliveira _____

Ronaldo Aparecido dos Santos _____